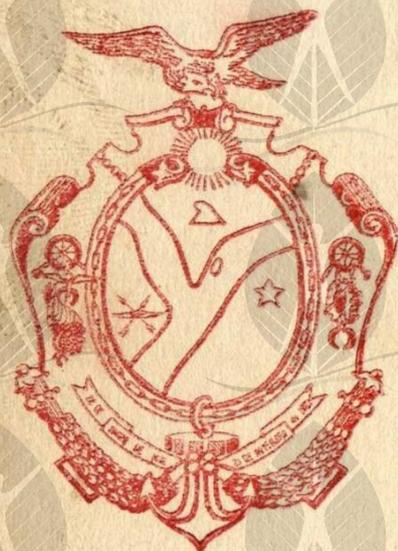


GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS



Arquitetura e Paisagismo na Amazônia

LEANDRO TOCANTINS



Arquitetura e
Paisagismo na
Amazônia

apresentação

de

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

Manaus — Amazonas

1966

APRESENTAÇÃO

A paisagem material da Amazônia, isto é, aquela em que o homem interfere para criá-la, disciplinando a natureza, utilizando-a e transformando-a para ajustá-la aos seus desejos e ao seu sentido estético, não foi objeto de análise do sociólogo nem do urbanista. Vem constituindo capítulo por propor a exame para as conclusões sobre seus acertos ou a conveniência de sua transformação.

Inicialmente, seria interessante verificar se o homem soube criar a sua habitação, atendendo às imposições do clima, dos elementos de que dispôs para as construções. Sua indagação traria a resposta justa e poderia autorizar até uma política de estado, visando à casa ecológica, o bairro ecológico, a estrutura dos edifícios de maior porte arquitetônico dentro de exigências ecológicas. E com a casa, a rua, a praça pública, o jardim, tudo, enfim, que significasse integração humana no ambiente tropical que nos define.

Leandro Tocantins, que com tanta galhardia vem considerando a vida amazônica nos seus flagrantes e realidades, passadas e presentes, no ensaio que as edições do Governo do Amazonas lançam, pretendeu examinar juntamente essa problemática da existência regional.

Certo de que somos parte do trópico e portanto precisamos viver de acôrdo com os trópicos, analisa,

critica, nega, louva, compreende as mil facêtas dessa paisagem material como a vimos elaborando há trezentos anos. Seu ensaio é lúcido. Ensina. Propõe orientação, indica maneira de agir, apresenta erros e sugere acertos. Ensaio lúcido, escrevemos, conscientemente. É preciso lê-lo como esforço pioneiro nesta hora em que, pelo menos no Amazonas, pretendemos criar em novas dimensões sem ceder aos imperativos mesológicos mas, também, sem nos revelarmos imaturos para aceitá-lo utilizando-o na satisfação de nossa capacidade e de nossos ímpetos dominadores.

Manaus, janeiro de 1966.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

Venho, há tempo, insistindo na criação de uma arquitetura amazônica ecológicamente amazônica, assustado com a proliferação, em Belém e Manaus, e outras cidades do Vale, de casas inadaptáveis ao clima tropical, verdadeiras arrogâncias de mau senso, a causarem problemas de higiene, de saúde, de bem-estar, nem sempre percebidos pelos moradores ou proprietários muito anchos em desfrutar uma casa “moderna” ou “funcional”, como erroneamente julgam, porque o moderno nem sempre se casa com o funcional e nem o funcional se expressa daquela maneira no clima quente e úmido do Equador.

Casas que seus orgulhosos proprietários denominam de funcional, poderá sê-lo nos países frios e temperados e nunca na Amazônia tropical, que repudia placas de cimento armado, vastas superfícies de vidro ocupando espaços, onde, normalmente, deveria haver abertura para a circulação de ar. O que resulta numa atmosfera interior sufocante, viciada, anti-higiênica.

Muito bom negócio para os fabricantes de vidro plano do sul do País, porém de efeitos desastrosos para a população regional, lembrando-nos aquêlê episódio comercial dos ingleses, após a abertura dos portos brasileiros ao livre comércio das nações, quando êsse povo abarrotou o mercado nacional de grossas casemiras, meias e sueteres de lã, capotes, luvas de couro, dignos do frio londrino, e tudo mais necessário e útil ao clima europeu.

As casas-estufa de Belém e Manaus são cópias servidas de construções do Rio, São Paulo, e até dos Estados Unidos, implantadas artificialmente em “terras ardentes”, sem nenhuma conexão com o meio. Seu afastamento das vocações e sugestões regionais é completo.

Existe em Belém uma vila de casas, ditas populares, na Estrada de Val-de-Caes, construídas há quinze anos atrás. São uma verdadeira fornalha e fonte de resfriados e tuberculose, principalmente para a infância. O povo diz na sua ingenuidade, que o bairro é doentio. Mas não é o bairro culpado e sim a mente de quem propôs e executou obra tão disforme dos princípios de higiene e de ecologia.

Autênticos caixões de tijolo e cal, as casas não possuem janelas suficientes, o que priva a circulação do ar e torna a atmosfera interior abafada e propícia à propagação de doenças respiratórias. Outros erros crassos de arquitetura transformam-nas em bons modelos do que não deve ser uma arquitetura tropical.

Em contraposição, vejam-se as barracas da população pobre, herança do taperi indígena. Muito embora elas aparentem falta de conforto às vezes até falta de asseio, detalhes creditados às falhas do sistema social, jamais agridem a natureza, sempre se harmonizam com os ventos, com a vegetação, com a água, com o tipo de solo.

E se as barracas tomam o aspecto de favelas nas cidades de Manaus e Belém, é porque, torno a insistir, entre o fator de distorção social com tôdas as más conseqüências estéticas e higiênicas.

A barraca, em seu estado de pureza, demonstra uma visível harmonização com o meio tropical amazô-

nico. É um valor regional em que o homem utiliza e valoriza ao máximo a paxiúba, a madeira, a palha, o cipó, facilmente encontrados na mata. Uma habitação ecológica do comêço ao fim.

Com a sua primitividade e inspiração indígenas, a barraca e o seu aumentativo de grau social, o barracão, não representam motivo de condenação *in limine*, ou apenas uma curiosidade etnográfica. Representam, sim, fonte de estudos para arquitetos e urbanistas desejosos de criar tipos de habitação que revelem perfeita integração de valôres: uma ambiência e um *habitat* traduzindo a verdade ecológica.

Estou propositalmente falando de um tipo habitacional adequado para o trópico porque é uma das problemáticas fundamentais a serem encaradas, e, também, em virtude da atualidade nacional do problema, pôsto em relêvo com a criação do Banco Nacional de Habitação.

Não será o nôvo organismo um instrumento eficaz, na Amazônia, para realizar estudos e pesquisas em tôrno da criação da casa regional que satisfaça tôdas as condições já apontadas?

Sou daqueles que vêem a Arquitetura como um fenômero global. Não simplesmente estético. A Arquitetura é uma soma de valôres, começando pelo seu sentido social em que não pode faltar o engenho, a arte, o bom gôsto, a harmonização ecológica. A casa é mais do que uma simples morada, como disse o sociólogo Mauro Mota, na apresentação que fêz na mostra sôbre a moradia urbana e rural de Pernambuco, sob o patrocínio do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. E prossegue em seu pensamento: "Seja qual fôr a sua categoria, a casa possui uma estrutura moral e uma

expressão social, que se projetam dos interiores, dos pátios, do piso, dos ornamentos, dos telhados, da localização”.

Tamanha é a importância dada pelos técnicos daquele Instituto ao problema, que organizaram uma exposição em que todo o material foi recolhido em demolições. “Mas aqui é como que se as peças se desintegrassem nos corpos primitivos”, esclarece o Diretor do Instituto, que assim conclui: “A saúde e a vida humanas condicionam-se em vários pontos ao Estado de habitação. De acôrdo com o professor Leroux, a habitação é preliminarmente um problema de neurologia, diante das calmas física, térmica, sonora e visual exigidas pelo repouso e pelo sono”.

Uma perfeita integração de todos os fatores do meio-ambiente significa ir às raízes culturais e naturais mais profundas. Para isso devem trabalhar de mãos dadas o arquiteto, o engenheiro, o cientista social, o higienista, o urbanista, o sanitarista, o paisagista ou artista.

Há pouco, li um artigo do escritor francês George Patrix, publicado no jornal “Le Monde”, em que êle afirma: É necessário compreender que é urgente reintegrar rapidamente os valores sensíveis em suas manifestações. Se pela primeira vez no mundo uma civilização é reconhecida como disforme, é porque pela primeira vez os técnicos estão separados dos artistas. Os arquitetos, por vocação, têm um papel determinado no planejamento territorial (.....). Se o programa da realização é verdadeiramente pensado, em sentido estético, a família, ao decidir-se às suas diversas obrigações de trabalho, encontrará sua nutrição cultural no próprio quadro da vida diária e se o planejamento da cidade e do local do trabalho é bem feito, êles se transfor-

marão em locais de cultura. Somos dos que pensam que a arte nunca foi fruto dos museus, mas, sim, bem de consumo universal, uma necessidade essencial que, se não está entre os gêneros de primeira necessidade de um operário não qualificado ele é, todavia, fundamental para que venha a ser um homem”.

Por tudo isso é que não deixo de sorrir diante das declarações da Presidenta do Banco Nacional de Habitação, nas quais parece haver uma certa confusão entre “luxo” e planejamento, estética, condições ecológicas, bom senso.

Com efeito, publicada em quase todos órgãos da imprensa do Rio de Janeiro, no dia 28 de janeiro de 1965, encontra-se esta declaração curiosa: “O Banco Nacional de Habitação respeita o seu gosto e seu mau gosto”, isto é o do construtor e o do comprador, pois “a beleza das casas, as dimensões superiores a 150 m² e os estilos não são de preocupação do Banco”.

Mais adiante a Presidenta do Banco assevera: “Não concordo com o Estado invasor”. É preciso, antes de tudo, que se estabeleça um campo divisório entre a verdadeira invasão e o desempenho indispensável de certas tarefas inerentes ao Estado moderno: planejar, orientar, disciplinar, coordenar. O Banco é um organismo criado para executar uma política eminentemente social, que é a da habitação. Se ele dispõe sobre as normas a serem observadas no projeto, isto não significa invasão arbitrária na arena da iniciativa privada. Do contrário, seria a licenciosidade produzindo todos os vícios na construção.

Como o Banco alheiar-se, conscientemente, de aspectos capitais que longe de serem artifícios de arquitetos esnobes, ou de luxo burguês, são tópicos de uma

correta política habitacional? A atitude do Banco será a de estímulo a uma espécie de *laissez aller, laissez fair*, em matéria de casas populares?

Que pensa um Banco sôbre a realidade geográfica, humana, social e ecológica do Brasil? Se, por acaso a iniciativa privada desejar construir um só tipo de habitação para a Amazônia, Rio Grande do Sul, Goiás e Pernambuco, o Banco o aceitará, porque sua diretriz é só construir casas de qualquer maneira e de qualquer estilos?

As responsabilidades do Banco Nacional de Habitação devem pesar na consciência de todos. É o setor, a meu ver, de maiores implicações sociais e políticas que o Governo terá de arcar a longo prazo. Vejo a necessidade urgente de ser instaurado no Banco um planejamento realístico de habitações para a Amazônia, assim como as outras áreas ecológicas do País fundado em pesquisas e estudos regionais.

Sabemos que os grupos econômicos da construção civil, encarregados pelo Banco de executar os programas habitacionais, não estão muito preocupados com os princípios que venho tentando expor nesta palestra. Seu interesse é o do empresário capitalista: o lucro imediato e seguro.

Isto não significa ser contra a iniciativa privada, mas tão-sòmente exigir planejamento técnico e disciplinar as atividades dos construtores no setor de influência do Banco, a fim de que não se repitam erros e equívocos encontrados naquelas casas sepulcrais em Belém do Pará, de que falei há pouco. Erros e equívocos que se multiplicam País afora.

É lamentável que na Amazônia se esteja tão atrasado no problema da moradia ecológica. São tantas as

sugestões do meio e os exemplos de outros povos da Ásia e da África que encontraram o seu conúbio com a natureza, e ainda as lições do português colonial que, tudo isto, nos coloca em situação de atraso incompatível com a inteligência e o senso plástico do brasileiro.

Os portugueses, na época da Colônia, ergueram tipos de casa bem mais adaptáveis do que êsses modernos que só enfeiam as vias públicas de Belém e Manaus, trazendo problemas à saúde e ao bem-estar humanos.

O naturalista Alfred Russel Wallace, que veio a Belém no ano de 1848, soube apreciar a arquitetura portuguêsã achando-a própria para a região: "Os quartos espaçosos e altos, com poucos móveis, tendo cada um meia dúzia de portas e janelas, a princípio poderão parecer pouco confortáveis, porém são muito bem apropriados a um clima tropical".

É que os lusos, quando transplantaram de seu país estilos e formas de arquitetura para a Amazônia, já possuíam uma experiência tropical na África, na Índia, na China. Em seu próprio território há temporadas com sol arrogantemente tropical e calor acentuável. Lembro-me de Lisboa que visitei em pleno verão irradiando luzes e aparências de uma Belém grande. Trouxeram, assim, os portugueses, valores europeus, e de faixas tropicais, adaptando-os inteligentemente ao meio amazônico: pátios, alpendres, beirais salientes, telhados esparraçados, calhas, pisos de cerâmica, azulejos, pé direito alto, fontes de água, muitas janelas, portais largos, venezianas gelosias, urupemas, olhos-de-boi.

Agora, vejamos uma casa de estilo modernoso em Belém e Manaus: pé direito baixo, placas de vidro distribuídas em grandes desvãos de fachadas, lajes de ci-

mento no teto, reduzido número de janelas. Quando o sol de trópico se põe a pino, a casa vira estufa, a menos que se refrigere todo o ambiente. Nas noites sempre agradáveis e nas manhãs refrescadas pelo orvalho, o ambiente interno fica insensível à essa cordialidade climática da natureza.

Penso que está em andamento uma experiência vitoriosa de casa ecológica na Vila Amazonas e em Serra do Navio, comunidade do Território do Amapá. Aí foram construídas habitações verdadeiramente tropicais, assimilando bem os fatores da terra, vento, vegetação, luz. A empresa de mineração ICOMI entregou a tarefa de projetá-las ao arquiteto paulista Oswaldo Bratke.

• O profissional contratado passou dias a medir, a sentir, a observar o local: os primeiros à beira de um braço do Rio Amazonas, o segundo em plena floresta, zona do Planalto Guianense.

Foi muito feliz o arquiteto Oswaldo Bratke. Seu trabalho volveu-se numa formulação ecológica muito clara. Reflete as diversas etapas da evolução social da região, desde a simplicidade da arquitetura primitiva do índio, incorporando, a seguir, valores regionais, europeus e extra-europeus. É uma inteligente mesclagem de formas e estilos adaptáveis ao meio amazônico.

Não posso esquecer a agradável sensação de permanência nas casas da ICOMI. Durante o dia, a qualquer hora, mesmo nos momentos mais quentes, sente-se uma leve aragem a favorecer nossa intimidade doméstica. De noite, precisa-se até puxar o lençol, principalmente durante as frescas madrugadas.

A sua arquitetura denota formas de simplicidade e de clareza estrutural. Tôda ela denota a intenção de

criar condições para uma ventilação permanente. A abertura de grandes vãos para o exterior, revestidos de tela fina para evitar a passagem de insetos, e resguardados por persianas de madeira, em toda a extensão, permite a circulação contínua de ar, regulado pelo sistema flexível dessas mesmas persianas. Pequenos pátios ao redor dos quais se estendem jardins, onde crescem árvores de pequeno e médio porte, que assistem à parte exterior do edifício, emprestando-lhe manchas de sombra e um certo sentido estético.

A ventilação cruzada, graças ao sistema de persianas móveis, assegura uma temperatura quase uniforme, sempre deleitável. Usando telhado de duas águas, o arquiteto Oswaldo Bratke levantou as paredes das fachadas até a altura do fôrro, para deixar inteiramente aberto o trecho da parte inferior do telhado propriamente dito. O processo permite que se forme um colchão de ar renovado, entre o telhado e o fôrro, que é de madeira. Isto evita a propagação para o espaço interno da casa do calor irradiado pelas telhas de cimento amianto.

A simplicidade formal, a eficiência técnica, unem-se à estética, pois a aparência das casas é bastante atraente. Reunem-se assim, nos grupos de residência e de escritório em Vila Amazonas e Serra do Navio, os elementos preciosos em habitação ecológica. É uma experiência que deve ser levada avante. Constitui o ponto de partida para a criação da reclamável casa ecológica na Amazônia.

Para complemento da habitação amazônica integrada é preciso construir o jardim ou parque, que traduzem, da mesma forma, uma íntima comunhão com a natureza. Neste particular, Belém já possuiu uma arte de jardinagem ou de paisagismo perfeitamente ecoló-

gica, na época do Intendente Antônio Lemos, um dos maiores administradores que a Cidade teve até hoje. Essa esplêndida lição no entanto, foi esquecida, e o que veio depois, além da destruição dos elementos básicos do paisagismo de Antônio Lemos, foi o mau gosto, a falta de percepção social e estética dos governantes municipais acêrca dos problemas de urbanismo.

Em livro que publiquei recentemente, destaquei a obra integrativa do Intendente Antônio Lemos. Chamei-o, então de príncipe de ideais, de formas, de operosidade: institivamente um misto de Agache e Burle Marx. Porque Lemos se antecipou, no tempo, a certos conceitos de urbanismo e paisagismo de nossos dias. Por exemplo: a função estética e social dos parques e jardins públicos, o favorecimento à recreação, que se constitui em renovador de energias humanas, em oposição à tendência de mero espectadorismo, fazendo participar os habitantes da Cidade das vantagens higiênicas e sociais da vida ao ar livre, estimulando o amor pelas árvores e flôres. Estas, apresentadas em sua versão regional, isto é, aproveitando ao máximo os efeitos de côres, de formas e de sombras, da flora amazônica.

Havia, ainda, a beleza selvagem do Bosque Rodrigues Alves, espécie de reino encantado do Curupira, o gênio das florestas amazônicas. O Bosque deixava de ser simplesmente uma feira vegetal exótica, revelando a mata primitiva de Belém, para ser um animado parque de diversões, onde a população ia encontrar a réplica dos símbolos românticos daquela época: a cabana de Peri e Ceci, a gruta encantada, a cabana de Paulo e Virgínia, a barraca de Robison Crosué, o pavilhão de Diana, a grande "cascata". Divertimentos que se antecipam no tempo à famosa Disneylândia, em Hollywood.

O atual governo do Município de Belém, que se mostra bastante dinâmico e desejoso de reencontrar-se com o autêntico espírito da Cidade, esta capacidade para iniciar um programa visando a emprestar à capital paraense uma fisionomia justificável pela natureza e as constantes culturais que se aproximem do equilíbrio ecológico, já tentado em outra época pelo Intendente Antônio Lemos.

Cidade com maiores tradições e monumentos históricos e artísticos do que Manaus, a capital paraense possui um rico manancial sociológico e artístico, digno de ser conservado e valorizado. Em meu livro "Santa Maria de Belém do Grão Pará", procurei realçar alguns de seus aspectos mais característicos, muitos deles ameaçados de desaparecimento pela falta de um esforço comum do Estado, do Município, do povo, e também do Governo Federal, responsável pela continuidade do patrimônio histórico-cultural. Agora, com a presença atuante da Faculdade de Arquitetura do Pará, é de prever-se um movimento de solidariedade a essa riqueza arquitetônica, e de melhor compreensão do que ela significa em cultura e tradição.

Manaus, no particular da iniciativa urbanística foi menos feliz. Possuindo, também grandes administradores no passado, como Eduardo Ribeiro, o pai da Manaus moderna, e quem fez o bom traçado da cidade, não ganhou, entretanto, uma expressão ecológica na arte dos parques e jardins públicos. A Avenida Eduardo Ribeiro, plantada de "ficus benjamin", é exemplo de como não deve ser feita arborização numa cidade tropical. A espécie não possui nem as soluções sociais indispensáveis à presença da árvore em via pública, nem o valor estético recomendado para incentivar a imaginação, nem a característica de regionalidade da planta — três

valias ecológicas a levar em conta no urbanismo amazônico.

Os jardins nas praças públicas de Manaus ainda são pobres de espécies regionais e de intenções sociais, como são também os de Belém, depois de esquecidas as lições de Antônio Lemos. Restam, somente, na capital paraense, as frondosas mangueiras plantadas pelo seu grande Intendente, fazendo parte hoje do patrimônio histórico, ecológico e sentimental da Cidade, muito embora alguns prefeitos de mau gosto as tenham ameaçado de corte. Sendo a mangueira de origem tropical indiana, ela, porém, se portou na Amazônia de tal modo que hoje é um símbolo heráldico da região, brazonando cidades, vilas, povoados, seringais, sítios.

Manaus, cidade mais ortodoxamente amazônica que Belém, já possui suas mangueiras, sombreando, com acerto e poesia, as vias públicas. Derrubadas por administradores pouco sensíveis aos seus significados mais amplos na vida da comunidade, elas hoje rareiam na cálida urbe amazonense.

Quando aprecio a arte admirável de um Burle Marx, sinto nela e essência poética dos versos de Edgar Allan Poe que, livremente traduzidos, podem se expressar assim:

No fascínio multiforme e colorido das flôres e das
[árvores

O poeta reconheceu o mais poderoso e direto esforço
Sôbre a natureza em físico esplendor e nesse esforço

— Na forma com que se revestia para os olhos
[mortais

Ele sentiu a mensagem — porque deveria empe-
[nhar-se

Até mesmo acima de suas forças
Para cumprir não apenas o seu destino de poeta
Mas também o divino propósito
Que implantou no homem
O sentimento da poesia

Proponho que se traga Burle Marx a Manaus e a Belém, para lançar na região uma arte amazônica de paisagismo. Que mundo extraordinário de sugestões estéticas nas plantas e nas flôres, belas, estranhas, caprichosas em formas e coloridos, poderiam surgir e incorporar-se aos parques e jardins públicos!

Nota-se que o arquiteto-paisagista Burle Marx recolheu na paisagem amazônica algumas idéias para fazer a arrumação florística e dar forma ondulante aos canteiros tufados de verdura. Aquêles bancos de continuidade linear, mas de ritmo serpeante, empresta-nos a imagem de um rio amazônico, sinuoso, divagando na planície. Aliás, bancos na tradição de formas flexuosas, macias, do barroco brasileiro que é por sua vez, um barroco ecológico. Daí encontrarmos uma intenção compositora amazônica em certos aspectos da arte de Burle Marx, que sabe aproveitar um sem-número de plantas da Amazônia.

Aliás, já é do conhecimento público que o Governador Arthur César Ferreira Reis, filho de Manaus, e como tal se desvelando pelo seu progresso, acaba de convidar o arquiteto Luiz Carlos Antony, descendente de tradicional família do Amazonas, para vir a Manaus fazer estudos com o objetivo de dotar a Cidade de um plano regulador à altura de sua beleza e importância social e econômica na vida brasileira.

Luiz Carlos Antony, que pertenceu à equipe de urbanistas de Sérgio Bernardes, chegará a Manaus, acom-

panhado de técnicos, com a missão de elaborar Planejamento Físico, Regional, Urbano e Arquitetônico para o Plano Diretor da Cidade e dos centros satélites agroindustriais.

Faço votos que a cooperação oferecida pelo atual Governador do Amazonas à sua capital logre o desejável efeito na comunidade manauense: libertar-se do empirismo e da rotina, lançando-se na conquista de horizontes novos, que trarão enriquecimento espiritual e material ao antigo e histórico "Lugar da Barra".

Outro arquiteto contratado pelo Governador amazonense é Severiano Mário Vieira de Magalhães Pôrto, a quem foi entregue os planos do novo edifício da Assembleia Legislativa, da reforma do Palácio Rio Negro, do estádio, e da sede da Secretaria de Agricultura, este um conjunto de edifícios no meio de um parque, existirão muitas árvores e um lago, formando uma unidade ecológica satisfatória.

No mundo moderno a arquitetura e seu complemento, o paisagismo, desempenham um papel importante. É fator de estabilização psico-social, porque cria na sociedade as necessárias harmonias para uma vida mais feliz, mais rica de produção. O arquiteto está assim, integrado culturalmente na sociedade e no processo de transformação das áreas subdesenvolvidas.

Um editorial, aparecido há pouco na revista ARQUITETURA, tem o arquiteto por "um ser preocupado verdadeiramente com os valores sensíveis e espirituais da sociedade a qual pertence. A estreita vinculação a esses valores", continua a articulista, "foi entretanto prejudicado pelo conceito que se tinha e infelizmente ainda se tem, da Arte e especialmente da Arquitetura. A Arquitetura continua a ser considerada por muitos

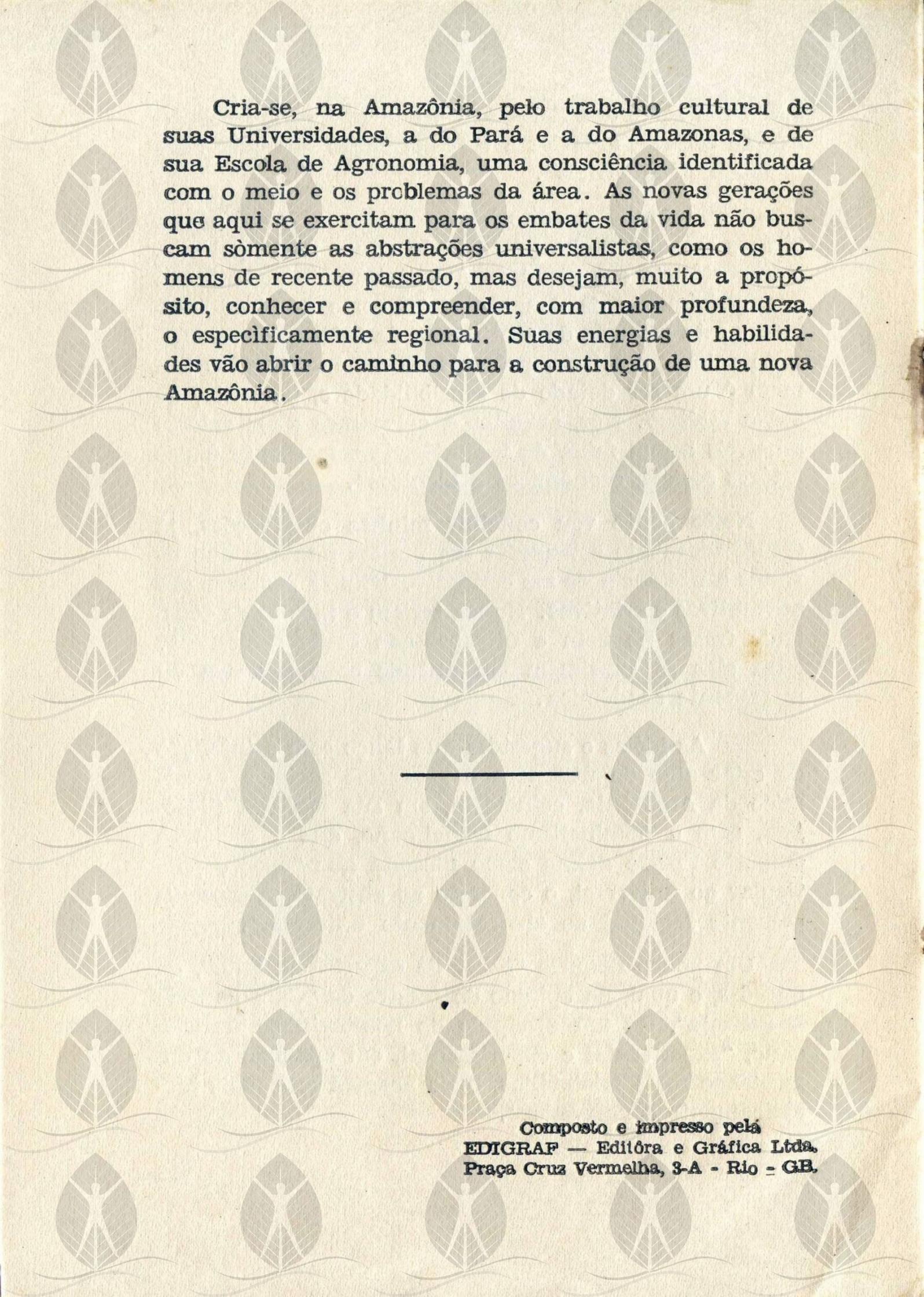
como um setor das Belas-Artes, dentro de uma conceituação caduca, anterior à transformação operada pelas revoluções industriais”.

Terminando, o editorialista coloca a questão nos termos em que venho procurando situar nesta palestra a importância e o papel da Arquitetura no progresso e desenvolvimento da Amazônia: “É certo que não aceitamos esta redução do sentimento da beleza, de verdade e de valores sensíveis, próprios do ser humano. O homem é um ser dotado de sensibilidade e, portanto, de senso estético. Nós, arquitetos, colocamos êsses valores sensíveis numa faixa de importância semelhante à dos fatores sociais, econômicos e técnicos”.

Neste ponto vou concluir minhas observações, já demasiadamente estendidas em muitos minutos que tive a paciência de me conceder. Minhas palavras são afirmativas e criativas. Nunca teriam o intuito de construir frases no bom e ultrapassado estilo romântico. Nem elas se exprimem em atitude contemplativa ou meramente acadêmica.

As idéias e sugestões que lanço com a intenção de criar algo de útil para o progresso social e econômico da Amazônia, coincidem, em sua essência filosófica, com o nominalismo franciscano, que o sociólogo Gilberto Freyre define como filosofia que “opõe o particular ao universal, o concreto ao abstrato, o especificamente regional ao abstratamente universal”.

Um pouco daquele “saber de experiência feito”, de Camões, o qual, na opinião do mestre de “Casa Grande & Senzala”, foi um discípulo do nominalismo franciscano, “experiencial e experimental, em oposição ao dominicano mais aristotélico, mais acadêmico e mais hieraticamente conservador”.



Cria-se, na Amazônia, pelo trabalho cultural de suas Universidades, a do Pará e a do Amazonas, e de sua Escola de Agronomia, uma consciência identificada com o meio e os problemas da área. As novas gerações que aqui se exercitam para os embates da vida não buscam somente as abstrações universalistas, como os homens de recente passado, mas desejam, muito a propósito, conhecer e compreender, com maior profundidade, o especificamente regional. Suas energias e habilidades vão abrir o caminho para a construção de uma nova Amazônia.

Composto e impresso pela
EDIGRAF — Editora e Gráfica Ltda.
Praça Cruz Vermelha, 3-A - Rio - GB.

1340
Comp.

EDITADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Palácio Rio Negro

134



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA